

O AMÁLGAMA ENTRE RELIGIÃO E POLÍTICA NA RÚSSIA

THE AMALGAM BETWEEN RELIGION AND POLITICS IN RUSSIA

Francisco Labriola Neto¹

Resumo: Este estudo tem como objetivo analisar e reconhecer a simbiótica relação entre as dimensões religiosa e política na história russa e o quanto as nuances complexas desse processo nos fornecem valiosos subsídios para um estudo ainda mais amplo da existência de conexão dessas instâncias nas demais sociedades. Conquanto tenha havido um período de instauração ateísta oficial na Rússia, procurou-se distinguir fatos históricos e proceder-se à sua análise, de modo a visualizar claramente a interconexão das esferas religiosa e política e sua interdependência, nem sempre percebidas por uma simples análise perfunctória.

Palavras-Chave: religião; política; história russa; ortodoxia; pan-eslavismo.

Abstract: This study aims to analyze and recognize the symbiotic relationship between the religious and political dimensions in Russian history and how much the complex nuances of this process provide us with valuable insights for an even broader study of the existence of these instances in other societies. While there was a period of official atheistic establishment in Russia, we sought to distinguish historical facts and proceed to their analysis so as to clearly visualize the interconnectedness of the religious and political spheres and their interdependence, not always perceived by a simple perfunctory analysis.

Keywords: religion; politics; russian history; orthodoxy; pan-Slavism.

Introdução

Vivemos um período da nossa História que nos remete à urgente necessidade de realização de uma análise profunda acerca das relações existentes entre religião e política na nossa sociedade. Desde Constantino, percebe-se claramente a influência mútua entre política e religião nos países que adotaram o Cristianismo como religião oficial. Huberto ROHDEN (1990), no seu livro *Agostinho*, afirma:

Em 313, pelo Edito de Milão, o Imperador Constantino Magno deu liberdade ao Cristianismo, que, depois de três séculos de vida nas catacumbas, começou a viver na superfície da terra. Nem a mística das catacumbas, nem o martírio do Coliseu foram capazes de exterminar a mensagem do Cristo. Mas a liberdade lhe foi mais

¹ Mestre em Ciências Sociais (PUC), famlabriola@hotmail.com

funesta do que as perseguições, porque juntamente com a liberdade, Constantino deu aos cristãos três presentes de grego: armas, política e dinheiro – armas para matar seus inimigos, política para enganar os amigos, e dinheiro para comprar e vender consciências (ROHDEN, 1990, p 16-17).

Esse posicionamento nos remete a WEBER (1982), em que constatamos a real imbricação das esferas da Religião e da Política, uma vez que, para o autor, o modo de vida determinado religiosamente é caudatário de fatores econômicos e políticos existentes em determinados limites geográficos, políticos, sociais e nacionais.

WEBER delinea com clareza a dimensão da complexidade subjacente na relação entre os campos religioso e político, ressaltando as tensões existentes entre as ditas ordens. Para ele, a exigência de fraternidade se impõe às religiões redentoras e como a perspectiva na política é diametralmente oposta, dando-se absoluta precedência ao princípio da racionalidade e não da fraternidade, a tendência é que se cultivem tensões. Afinal, a política segue suas próprias leis externas e internas, sem priorizar os ditames religiosos, vez que o êxito da política se vale da força, em última análise das relações de poder, e não necessariamente do prisma ético. A política pode mesmo entrar em concorrência direta com a ética religiosa em pontos decisivos.

As instituições religiosas sentem-se responsáveis perante Deus pelas almas de seus crentes, arrogando-se no direito de contrapor-se a qualquer discrepância em relação aos ditames de fé. O máximo que a perspectiva religiosa se permite transigir está consubstanciado na frase “Dai a César o que é de Cesar”, que implica num reconhecimento da autonomia da ordem temporal, mas tão só pelo fato de se ver nela um caráter temporal ou vulgar.

Não restam dúvidas, porém, que historicamente as religiões têm tido uma presença política forte, o que denota uma evidente mistura de suas ações com os interesses do poder e as lutas por ele, envolvendo situações de concessões, relativizações de conceitos e de uso das organizações religiosas para a domesticação política das massas, evidenciando, por outro lado, a necessidade que o poder político tem da consagração religiosa da sua legitimidade.

E é neste sentido que o tema da relação entre religião e política tem na riqueza de nuances da história russa um importante campo de análise, que nos permitirá discutir as várias facetas que o assunto permite constelar, além de nos instrumentalizar para realizarmos futuras análises sobre a relação entre política e religião em outras sociedades.

Metodologia de análise

Concordamos com CAPRA quando propõe uma nova perspectiva metodológica:

A nova visão da realidade, de que vimos falando, baseia-se na consciência do estado de interrelação e interdependência essencial de todos os fenômenos – físicos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais. Essa visão transcende as atuais fronteiras disciplinares e conceituais e será explorada no âmbito de novas instituições (CAPRA, 1995, p. 259).

A interdisciplinaridade não é só uma moda acadêmica, epistemológica ou disciplinar. Abrange várias áreas de estudo, com especialistas de diferentes disciplinas a compartilhar e construir ideias e respostas conjuntas. Até a década de 1970, o fulcro de pesquisa era isolado a cada disciplina. No entanto, quando o foco começou a mudar da pesquisa básica para a pesquisa intersubjetiva, no sentido de resolver desafios maiores da humanidade, constatou-se uma superação dos limites disciplinares, avançando, assim, para a pesquisa interdisciplinar e, porque não dizer, transdisciplinar.

A interdisciplinaridade pode ser compreendida como um sistema que permite organizar pessoas, entidades e substratos disciplinares em torno de um objetivo comum, possibilitando a existência de processos capazes de responder aos seus requisitos de flexibilidade, conectividade e descentralização das intervenções, a serem aplicadas a uma determinada temática, território ou setor de atividade. O que significa que a interdisciplinaridade convida a construirmos pontes, a adotarmos linguagens comuns e, em última análise, a encetarmos um processo de compreensão e transformação das culturas organizacionais, comunitárias, sociais e políticas.

Ao transpor essa perspectiva para o campo da Ciência da Religião, GUERRIERO afirma que

os estudos de religião foram, pouco a pouco, saindo desses limites, construindo uma consciência de que a compreensão do universo religioso, sob uma ótica científica, necessariamente passaria por olhares mais distanciados. Os estudos nos campos da psicologia e da antropologia já indicavam a necessidade de cooperações com as reflexões advindas da história comparada das religiões. O fenômeno exigia, dos que se propunham a elucidá-lo, uma compreensão ampla não restrita aos limites epistemológicos de cada ciência isolada (GUERRIERO, 2004, p 11 a 13).

É dentro dessa perspectiva, portanto, que se discute o papel da Ciência da Religião e das Ciências Políticas com relação ao campo dos estudos da relação entre religião e política. Há que se considerar que este “locus” se caracteriza por dois tipos de demandas distintas e, muitas vezes, conflituosas: de um lado, a exigência de explicação, compreensão ou interpretação do fenômeno relacional em si e, de outro, a demanda oriunda da análise das consequências práticas dessa relação. Isso, obrigatoriamente nos leva à ideia de Ciências Políticas e Ciência da Religião aplicadas e sua interdisciplinaridade.

Esse dilema aponta para similaridades entre os estudos dos dois campos científicos, possibilitando uma análise comparativa, mas levanta também os limites e as possibilidades de um efetivo diálogo interdisciplinar. As ideias apontadas neste artigo, portanto, nascem de uma indagação acerca da posição e do papel da Ciência da Religião e das Ciências Políticas no campo polissêmico e polifônico dos estudos sobre a relação entre religião e política. Polissêmico, uma vez que os sentidos dessa relação são diversos, e muitas vezes conflituosos. Polifônico, também, pois a convergência de diferentes falas, enunciadas a partir de referenciais distintos, conduz, não raro, menos a um diálogo interdisciplinar do que a uma disputa pelo monopólio de uma fala legítima, na qual encontramos práticas, demandas e discursos sociais de naturezas bastante distintas.

O pressuposto aqui é o de que o estabelecimento de um diálogo interdisciplinar sobre os processos socioculturais atinentes à relação religião e política na Rússia se faz necessário, ainda que se respeite a singularidade de cada disciplina e de cada campo do saber. Essa densidade dos fenômenos referentes ao binômio que aqui enfocamos requer, sem dúvida, os esforços teóricos, metodológicos e analíticos de diversos ramos do pensamento.

A Rússia pré-revolucionária

Czarismo e Cristianismo Ortodoxo eram praticamente impensáveis de *per si* na Rússia pré-revolucionária, prestando-se a dita parceria ao empoderamento mútuo, ainda que, sob alguns aspectos, em detrimento dos anseios do povo. Suas divergências eventuais não tinham o condão de alterar o rumo dessa cooperação, ainda que fossem bem relevantes como nos tempos de Pedro, o Grande.

Yves Hamant, no seu livro *Alexandr Mien, Um Mártir da Rússia de Hoje*, dá a medida dessa relação:

No período anterior à Revolução, a autoridade moral da Igreja Ortodoxa fora seriamente abalada por sua submissão ao poder czarista. Os czares, ao mesmo tempo em que afirmavam ser os protetores da Igreja desde que Pedro, o Grande, afastou dela o patriarca que a governava até então, esforçavam-se para fazer dela uma engrenagem do Estado. Tal dependência pode ser vista de maneira espetacular no reinado de Nicolau II, quando o destino dos bispos caiu nas mãos de Rasputin, o 'guru' da família imperial (HAMANT, 2004, p 23 a 26).

É perceptível, em face do que foi colocado, que a tensão entre as duas esferas era uma realidade. Porém, de uma forma ou de outra, com exceção do período de Pedro, o Grande, a ligação e a construção de estratégias comuns era o diapasão. Afinal, conceber-se a Rússia sem

czarismo e sem ortodoxia era algo totalmente impensável, impondo-se, conseqüentemente, um “acerto” entre as esferas.

É bom que se lembre que, durante o czarismo, a educação básica e os serviços sociais eram parcialmente delegados pelo Estado à Igreja. Nos grotões da Rússia, essas atividades se concentravam ao redor dos mosteiros e isso fica bem evidenciado nos textos literários do século XIX, principalmente naqueles que têm como autores, Gontcharov, Tolstoy e Dostoievski.

O Período da União Soviética, Antes da Segunda Guerra

Os bolcheviques assumiram o poder em 1917 e, dada a radicalidade revolucionária do novo regime, tomou-se como uma de suas prioridades o esfacelamento do *ethos* cristão do povo russo. É claro que subjazia nessa postura todo um substrato ideológico, segundo o qual a religião era considerada o ópio do povo e, portanto, algo a ser extirpado. Na *Crítica da Filosofia Hegeliana do Direito* de 1844, MARX (2010) apontava que a supressão da religião como felicidade ilusória do povo é uma exigência da sua felicidade real, asseverando que “o homem é o ser supremo para o homem, portanto, com o imperativo categórico de subverter todas as relações em que o homem é um ser humilhado, escravizado, abandonado, desprezível (p. 151-152). Como discípulo de Marx, Lênin, o pai da Revolução Bolchevique, o seguia na sua visão de mundo, adotando uma práxis totalmente baseada no Materialismo Histórico, na qual a religião era considerada o ópio do povo e, portanto, algo a ser relegado e superado como uma excrescência do “ancien régime”.

Porém, para além dessa concepção ideológica, a verdade é que a Velha Guarda Bolchevique tinha plena consciência do amálgama existente entre religião e política nos governos dos czares, sendo o grande símbolo disso a relação existente entre a família real e o monge ortodoxo Rasputin, como já aludimos. Lênin, Trotski e Bukharin perceberam que a Revolução não triunfaria se essa ligação umbilical entre Governo e Religião, existente no *ancien régime*, não fosse imediatamente dissolvida. A onda de terror e assassinatos em relação aos ortodoxos tinha como base a constatação de que, enquanto existissem resquícios de ortodoxia, existiriam traços de czarismo a impedir a concretização plena dos ideais revolucionários, ou seja, a íntima relação existente entre política e religião àquela altura da história era um fato dado para os líderes revolucionários.

Exemplo dessa ligação foi a canonização, em 1981, de Nicolau II e sua família pela Igreja Ortodoxa Russa no Exterior e, em 2000, pelo Patriarcado de Moscou, ainda que passados 80 anos de pregações antirreligiosas. A ação de apagamento, encetada pelos bolcheviques, foi racionalmente urdida. Nesse sentido, compartilhamos o posicionamento de FROMM, ao nos alertar para a estratégia de ação destruidora, presente na maioria das revoluções, inclusive a Russa:

Outra maneira de paralisar a capacidade de pensar criticamente é a destruição de qualquer tipo de imagem estruturada do mundo. Os fatos perdem a qualidade específica que só podem ter como parte de um todo estruturado e conservam apenas um significado abstrato e quantitativo; cada fato é somente outro fato e tudo o que interessa é se sabemos mais ou menos (FROMM, 1980, p 199 e 200).

A verdade é que o totalitarismo dos tempos dos czares é refundado pelos bolcheviques e se estabelece com uma intensidade avassaladora de difícil compreensão. Luiz Carlos LISBOA (1981), no seu livro *A Arte de Desaprender*, assevera que

o sucesso dos movimentos e ideias totalitárias de nosso tempo dão a medida exata dessa forma de loucura disfarçada, fazendo passar por ideal o que não passa de espetacular fuga. Aqueles que se inclinam por doutrinas impositivas, por sistemas fechados de pensamento, aderem de fato ao estágio mais sutil e refinado da violência. Feita em nome de altos ideais, não deixa de ser brutal e injusta, como não chega nunca aos fins que alega querer atingir, porque fins e meios são uma coisa só (LISBOA, 1981, p 38 e 39).

Neste mesmo diapasão caminha Hanna ARENDT (2012), vez que, em sua obra *As Origens do Totalitarismo*, evidencia que, quanto maior o absurdo afirmado pela ideologia ou pela propaganda, mais ardente é a devoção do seguidor. E quando assim se posicionou, tinha em mente justamente os eventos do nazismo e do comunismo, duas radicalidades que, de uma forma ou de outra, tiveram um certo apoio popular.

Logo, a intensidade de totalitarismos do tipo soviético e nazista parece ser explicada por FROMM e ARENDT, a partir de elementos psicológicos cuja presença deve ser levada em conta para se ter uma real dimensão do problema. Poder-se-ia argumentar que, a subida dos bolcheviques ao poder, traria como característica essencial a circunstância de ser mais um fato histórico exemplificativo da concretização da separação entre política e religião. Porém, embora essa posição seja factível e defensável, existem autores que entendem ainda persistir esse elo entre as duas esferas, principalmente se atentarmos para o caráter messiânico inerente às concepções do Partido Comunista Russo.

Matheus OLIVA COSTA (2016) se vale do pensamento de Edward Bailey para trabalhar a noção de religião implícita, segundo a qual haveria um sentido religioso nas

diversas manifestações culturais que não sejam explicitamente religiosas, mas que tenham implicitamente no seu bojo elementos religiosos ou que funcionem similarmente às religiões.

O ato religioso teria raízes históricas nas práticas peculiares às dos mosteiros cristãos, dando-se a este ato um elástico que permite utilizá-lo para se referir a tudo aquilo que tenha um sentido de relevância para alguém, o que permitiria conceber a expressão como algo implícito em certos fatos sociais. Releva nessa análise a importância da forma de internalização do ato religioso e seu grande e poderoso espectro, já que as diversas camadas psicológicas que a prática de uma religião implícita pode ter implicam em muitas variações e importâncias.

Isso que se apregoa não é novo, na medida em que o próprio DURKHEIM (1996) aceita a derivação de fatos sociais das religiões. FROMM corrobora esse posicionamento quando explica:

A tese exposta neste capítulo é de que a mudança social interatua juntamente com uma transformação no caráter social; que impulsos “religiosos” contribuem com a energia necessária para motivar homens e mulheres na realização de drástica mudança social e que, portanto, uma nova sociedade só pode ser ensejada se profunda transformação ocorrer no coração humano – se um novo objeto de devoção tomar o lugar do atualmente existente (FROMM, 1976, p 136-138).

O realce que certas correntes das Ciências Sociais dão ao caráter religioso do Marxismo, decorre da sua tendência em identificar uma substituição da participação e fé religiosa pela participação e “fé” no marxismo, e também com a associação entre ideias e práticas marxistas às ideias e práticas religiosas. E, nesse sentido, destacamos alguns autores que classificam o marxismo como uma “parareligião”, como no caso do antropólogo Jonathan Benthall, ou como “religião secular” para o sociólogo Arthur Greil, ou como “religião política” para o antropólogo Jean-Pierre Sironneau, ou “religião civil” para o sociólogo Salvador Giner. E a corroborar este entendimento, constata-se a presença, nos governos ditos marxistas, de manifestações e expressões que se aproximam de ações religiosas: culto a heróis, sacralização da vida proletária, sacralização do partido, leituras canonizadas e feitas religiosamente, entre outras questões.

A verdade é que a perseguição religiosa na União Soviética tomou formas distintas em períodos diferentes, quando todos os teólogos e demais líderes da Igreja Ortodoxa Russa foram exilados durante a década de 1920 ou executados na década de 1930. Além disso, segundo fontes do Patriarcado de Moscou, menciona-se que, só no ano de 1937, foram detidos 136 mil clérigos dos quais 85 mil assassinados. No período que medeia os anos 1917

e 1937, de 80 a 85% dos clérigos da época pré-revolucionária desapareceram, tendo muitos templos sido fechados logo depois da revolução de 1917 e outros tantos durante a segunda onda de fechamentos de igrejas sob o período Nikita Khrushchev (1959-1962).

Cabe destacar que, enquanto no ano de 1917 a Igreja Ortodoxa contava com 77.767 igrejas (entre paróquias e monastérios) na década de 1970 restavam apenas cerca de 6.800. O número de monastérios, que no ano de 1914 era de 1.498, viu-se reduzido para 12 apenas e, os 57 seminários teológicos que funcionavam na Rússia em 1914, foram reduzidos a três, na cidade de Leningrado (São Petersburgo) e Odessa. Tais informações constam de texto do Patriarca Kirill, reproduzido no Blog da Igreja Católica Apostólica Ortodoxa do Brasil, de 3 de agosto de agosto de 2011.

Contudo, as coisas melhorariam para a Igreja Russa durante o processo da II Guerra Mundial e nos anos posteriores ao governo de Josef Stalin, perdurando tal distensão até 1959, quando Khrushchev retoma os atos de perseguição. É de notar, portanto, que o período revolucionário e de pré-guerra se caracteriza por uma crise na relação religião-política, com a ressalva de que o campo político se assenhoreia de elementos claramente religiosos e presentes na sociedade russa para se firmar como poder. Temos claramente elementos religiosos subjacentes à prática dos bolcheviques.

O Período da União Soviética, Da Segunda Guerra até os Anos 90

Por mais que a inteligência soviética de Estado tivesse como pano de fundo o seu ateísmo e o desejo de erradicação da religião, um fato histórico pontual acaba por exigir uma alteração de percurso nessa perspectiva. Durante a Segunda Guerra Mundial, Stalin fez um acordo com o Patriarcado de Moscou, buscando apoio ao governo naquilo que passou para a História como a chamada Guerra Patriótica.

Ao perceber que só conseguiria a plena adesão do povo russo se fizesse uma negociação política com o Patriarcado de Moscou, Stalin liberou totalmente os cultos, suspendeu a destruição de igrejas e permitiu a ordenação pública de sacerdotes, sob a condição de que o Patriarcado articulasse uma estratégia comum de ação com os comunistas, que implicasse na motivação e sensibilização do povo quanto à importância de se integrar de corpo e alma nos combates ao exército alemão.

O final da história o sabemos bem. Com o comprometimento do povo garantido a partir do acordo entre chefes políticos e religiosos, o exército nazista foi totalmente derrotado na frente russa, fato este de grande importância para o deslinde da Segunda Guerra. A verdade é que Stalin, figura extremamente autoritária e inquisidora, teve a perspicácia de entender a forte presença do substrato religioso na alma russa, principalmente nos povos dos grotões e isbás² do país, e que se constituía numa força da qual não poderia prescindir, sob pena de sofrer uma clamorosa derrota.

Aquele elemento arquetípico, existente desde os tempos do amálgama czarismo-ortodoxia cristã, estava ainda fortemente presente no povo e, só com a percepção de sua existência por Stalin, pode-se pavimentar o caminho para a vitória na Guerra Mundial. Entretanto, como mencionamos, o governo Khrushchev, que portava o rótulo de libertador do terror stalinista, iniciou um novo ciclo de perseguição religiosa. Zhores MEDVEDEV resume em poucas palavras esses “novos tempos”:

Muita gente pensa que tivemos uma democracia no tempo de Krushchev. É uma tolice. Não houve tal democracia. Houve um liberalismo de ocasião, mas nas condições em que vivemos isso não significa muita coisa. É sempre uma forma humana de arbitrariedade. De qualquer maneira, como vemos, é um fenômeno temporário. Só pode haver uma justiça estável quando houver uma democracia verdadeira e estável (MEDVEDEV, 1974, p. 232).

A Aliança Religião e Política na Rússia Atual

Depois de 1990, graças às reformas de Mikhail Gorbachev, a situação da Igreja se transforma. Já no final de 1997, o Patriarca Alexis II declarou que a instituição contava com 124 dioceses, 148 bispos, 18 mil sacerdotes e 1.737 diáconos³. A Igreja Russa tem hoje cerca de 430 mosteiros, além de 60 mosteiros anexos em distintas cidades; cabe também enumerar suas cinco academias teológicas, 23 seminários, 21 escolas eclesiais, um instituto teológico, duas universidades ortodoxas, cinco entidades que oferecem cursos de preparação pastoral e dois centros diocesanos para a formação de mulheres que prestam serviço à Igreja. Em outubro de 1992, o Instituto Teológico São Tikón de Moscou, foi aberto para a formação de leigos sob um sistema de educação misto, ou seja, a homens e mulheres. Em fevereiro de 1993, estabeleceu-se a Universidade de Teologia São João em Moscou.

² Isbá ou Izba (em russo: изба) é uma habitação típica camponesa russa. Construída com troncos, era a residência comum de uma tradicional família camponesa russa.

³ <https://igrejaortodoxadobrasil2.blogspot.com/2011/08/patriarcado-ortodoxo-de-moscou-e-toda.html>, último acesso em 21 de janeiro de 2019.

Atualmente, a Igreja Ortodoxa Russa tenta se adaptar às profundas mudanças que têm lugar na sociedade russa e, embora proíba seus clérigos de participarem ativamente na política, é notável a sua boa relação com o Estado Russo. Em 1994, o governo enviou uma ajuda financeira ao Patriarcado para a reconstrução da Catedral de Cristo, o Salvador, que havia sido destruída por Stalin em 1931. O Patriarca Aléxis II fez a fundação da pedra fundamental no dia 7 de janeiro de 1995, celebrando ali a Páscoa de 1996.

Em 26 de setembro de 1997, o presidente Boris Yeltsin promulgou a “Lei sobre a Religião” da Rússia, que obteve pleno respaldo do Patriarcado de Moscou, já que a Igreja via a sociedade russa sob ameaça de uma grande proliferação de seitas estrangeiras do Ocidente. Esta lei identifica a Ortodoxia, o Budismo, o Islamismo e o Judaísmo como religiões tradicionais, pondo freios às atividades de outros grupos religiosos, estabelecendo um período de até 15 anos para a obtenção de registro de culto.

Com apoio do governo russo, uma nova lei passou a regular a devolução do patrimônio religioso que foi desapropriado no período soviético. No início de 2009, por exemplo, a igreja apresentou pela primeira vez, a reivindicação envolvendo antigas construções sacras na região de Kaliningrado. Desde então, o Estado russo havia outorgado mais de quarenta imóveis na região, e outras concessões estão sendo elaboradas.

Muitos imóveis, que no período soviético haviam sido utilizados como depósito de trigos ou garagem de tratores, com o fim dos kolkoses⁴ ficaram sem uso. A Duma (parlamento local) aprovou uma lei em 2008 que deveria facilitar a devolução de imóveis desapropriados da Igreja, segundo informação constante no Portal Vermelho, sítio do PC do B, em 22 de fevereiro de 2011. Depois ela foi sancionada pelo presidente russo Dmitri Medvedev, entrando em vigor e ensejando a possibilidade de serem transferidas para a Igreja Ortodoxa Russa cerca de 11.000 propriedades, o que a tornaria a maior proprietária de imóveis no país após a companhia ferroviária.

No entanto, o projeto de lei tinha um problema decisivo: as construções sacras somente deveriam ser devolvidas para as comunidades que já as usavam antes da desapropriação feita pelo governo soviético. Desse modo, a Igreja ortodoxa estaria excluída da “devolução” na região de Kaliningrado, pois aí havia apenas uma igreja antes de 1991 que

⁴ tipo de propriedade rural coletiva, típica da antiga União Soviética, no qual os camponeses (os colcozianos) formavam uma cooperativa de produção agrícola. Os meios de produção (terra, equipamento, sementes etc.) eram fornecidos pelo Estado.

praticava o culto religioso segundo o rito ortodoxo, sendo que tal Igreja havia sido implodida pelas autoridades soviéticas.

No início de 2009, o Patriarca Kyrill reclamou junto ao presidente Vladimir Putin sobre o projeto de lei, que, segundo ele, não levaria em conta “as particularidades da região de Kaliningrado”, tendo alertado para a possibilidade de “conflitos étnicos e religiosos” que redundariam na transferência da Catedral de Königsberg, do Teatro de Bonecas na Luisenkirche (Igreja), assim como da Filarmônica na Igreja da Sagrada Família, para “religiões ocidentais”. Por fim, a Igreja Ortodoxa, se articulou com a Duma da região e preparou um cenário de modo a se ter como única saída a restituição desse patrimônio sacro, para ela mesmas.

Por trás disso tudo, fica evidente a existência de uma relação estreita entre o Estado e a Igreja russos, que só corrobora a tese de existência do amálgama que serve de fio condutor para o presente trabalho. O apoio irrestrito do governador Nikola Tsukanov, ao declarar em dezembro de 2017 que a Igreja Ortodoxa era parte dos “fundamentos da formação estatal russa” pode servir de exemplo do que aqui se assevera, não sendo de se negligenciar, também, o apoio de Putin à canonização do Czar Nicolau II pelo Patriarcado de Moscou.

Como podemos deduzir, a aliança entre o Patriarcado e o Governo Russo é um fato incontestado, alicerçando-se agora sobre sólida base jurídica como atestam os decretos expedidos. O amálgama entre Religião e Política, portanto, aparece nos tempos atuais devidamente formalizado e explicitado, com os devidos reflexos na sociedade russa.

Tal circunstância foi especialmente sentida com relação às consequências advindas da manifestação contestatória do grupo punk Pussy Riot que, num protesto contra o Governo Putin na Igreja do Cristo Salvador, foi sumariamente e exemplarmente condenado, tendo alguns dos seus integrantes sido submetidos a três anos de encarceramento. Toda essa dinâmica de interdependência entre as esferas religiosa e política parecia demandar a construção de um aparato ideológico que desse um sentido e justificativa para essa estreita cooperação existente entre os ditos poderes. E é dentro deste contexto que surge a figura de Alexandr DUGIN, denominado por alguns como o Rasputin de Putin.

Foi com a crise russo-ucraniana que assoma a figura desse pensador russo e atual conselheiro de Putin que, com o seu *neoeurasianismo* (novo + Europa + Ásia), começa a

⁵ http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_secao=9&id_noticia=148151 – último acesso em 21 de janeiro de 2019.

ganhar o devido espaço político. Antiliberal e místico, parece ter se tornado o norte ideológico do regime russo que, de um neoliberalismo radical com Yeltsin, ganhou mais características nacionalistas e populistas com Putin.

Seus escritos em dezenas de livros e inúmeros blogs fizeram dele um pensador influente também nos países aliados da Rússia e entre os partidos antissistema que estão em ascensão em todo o Ocidente, e que são devidamente reconhecidos pela liderança da Rússia. O seu *neoeurasianismo* é uma teoria que serve bem a Putin e aos seus objetivos, vez que se contrapõe aos velhos blocos de poder nacionais e preconiza que a Rússia deve anexar completamente a Ucrânia, enquadrando os ucranianos e de modo muito especial os católicos.

DUGIN (2016) também assevera que a Polônia é um “erro histórico”, pois são eslavos católicos que não pertencem à igreja russa presidida pelo Patriarca de Moscou. Num de seus principais livros, *Geopolítica da Rússia Contemporânea*, o autor delinea o desenvolvimento da geopolítica nacional desde as suas origens na Rússia Kievana (atual território da Ucrânia) e no Império Russo, atravessando o apogeu da sua influência global na era soviética e culminando, finalmente, na atual presidência de Vladimir Putin.

Hoje, de acordo com DUGIN, a Rússia é a derradeira representante e defensora dos valores tradicionais e do idealismo, enquanto o Ocidente representa os valores do liberalismo e da sociedade guiada pelos mercados. Embora a Rússia se tenha afastado dessa missão no decorrer dos anos 1990, ameaçando sucumbir ao domínio das potências ocidentais, DUGIN considera que Vladimir Putin conseguiu dar início a uma mudança de curso que fez com que esta regressasse à sua legítima posição de potência mundial, além de regressar às suas tradições religiosas ancestrais.

A via eurásica tem como base teórica “A Quarta Teoria Política” (DUGIN, 2016). Por ela, só é possível o acolhimento de um caminho: rechaçar as teorias políticas clássicas, tanto as derrotadas quanto as triunfantes, recorrer ao exercício imaginativo, compreender as realidades do novo mundo global, decifrar corretamente os desafios do mundo pós-moderno e criar algo novo, para além dos pleitos políticos dos séculos XIX e XX mas preso às suas verdadeiras tradições.

Para avançar no desenvolvimento dessa Quarta Teoria Política, a Rússia necessita de um novo ideal político. O liberalismo não é adequado e o comunismo e o fascismo são inaceitáveis. Para tanto, é necessário que se acentue o caráter popular, radical e revolucionário da Quarta Teoria Política, afirmando o Povo (Narod) como sujeito histórico e sustentando sua

ação numa união umbilical às raízes históricas e espirituais da pátria russa e sua civilização como cimento para a construção de uma Nova Ordem no país. Pois é justamente neste último quesito em que se consolida ideologicamente a aliança entre a tradição da Igreja Ortodoxa e o governo de Putin, logrando assim a construção do supedâneo “espiritual” em que se deve basear a sociedade russa.

Considerações finais

Em um campo polissêmico como o dos estudos da relação entre religião e política, procuramos atentar, na nossa análise sobre a realidade russa, para a necessidade de uma abordagem mais integrativa e profunda, com vistas a uma compreensão plena dos fenômenos estudados. Vimos que neste campo existem muitas variáveis — sociais, políticas, religiosas, filosóficas — que não podem ser transpostas de modo automático e estanque à reflexão das Ciências Sociais, sob o risco de se tornarem instrumentalizadas, submetidas a imperativos que não são os seus e muito parciais.

Isso nos colocou, inclusive, diante de questões práticas e de estratégia de ação que nos obrigaram a recorrer a uma abordagem mais integrativa, pois, por se tratar de um assunto intrincado e permeado por uma série de variáveis complexas, exige uma certa ruptura em relação a determinadas abordagens estanques e separativas das Ciências Sociais, impondo-se uma postura epistemológica que se fundamente numa outra forma de conhecimento sociológico, antropológico, político e religioso.

Procurou-se realizar um movimento com base em um verdadeiro diálogo quase que holográfico, no sentido capriano, o que tem como pressuposto uma integração das possibilidades do corpo de conhecimento sob os aspectos da Ciência da Religião e das Ciências Políticas. Vimos, com FROMM (1976), que o sistema social tende a satisfazer quaisquer necessidades religiosas inerentes aos seres humanos, mesmo que isso não se refira a um sistema que comporte a noção de religião ou mesmo a um tido como religioso. Com isso o termo “religião” pode se relacionar a qualquer sistema grupalmente partilhado de pensamento e ação, que ofereça ao indivíduo um esquema de orientação e um objeto de devoção. E dentro desta acepção, todas as culturas podem se considerar portadoras de uma religião.

Sob este aspecto, entendemos que religião e política caminharam juntas na História da Rússia, seja como aliadas institucionais, seja como polos de tensão, em que a perseguição

política dava claras mostras da percepção que tinha da importância da religião no contexto russo, alinhando-se pontualmente a ela, se necessário, como é o exemplo citado da Segunda Guerra Mundial. Isso não nos impede de levar em conta o posicionamento daqueles que consideram ter havido uma ruptura entre as duas instâncias durante o regime de instauração do ateísmo, prestando-se o presente trabalho a fornecer subsídios fáticos e analíticos para uma reflexão ampla e completa sobre o tema aqui proposto.

Referências bibliográficas:

- ARENDDT, Hannah, *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia da Letras, 2012, pp: 399-468
- CAPRA, Fritjof. *O Ponto de Mutação*, São Paulo: Editora Cultrix, 1995, pp:259
- DUGIN, Aleksandr, *Geopolítica da Rússia Contemporânea*, Lisboa: Ed. Iaegeca, 2016,
- DURKHEIM, Émile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- FROMM, Erich. *O Medo à Liberdade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980, pp 199-200.
- FROMM, Erich. *Ter ou Ser?* Rio de Janeiro: Guanabara Koogan SA., 1976, pp 136-138.
- GUERRIERO, Silas. *Os Desafios aos Estudos das Religiões*, São Paulo, Paulinas, 2004, pp:11-13
- HAMANT, Yves. *Alexandr Mien – Um Mártir da Rússia de Hoje*. São Paulo: Cidade Nova, 2004, pp: 23-26.
- KIRILL, PATRIARCA DE MOSCOU. *A Igreja da Rússia*. 2011, in <https://igrejaortodoxadobrasil2.blogspot.com/2011/08/patriarcado-ortodoxo-de-moscou-e-toda.html> , acesso em janeiro de 2019.
- LISBOA, Luiz Carlos. *A Arte de Desaprender*, Rio de Janeiro: Edição Antares, 1981, pp:38-39.
- MARX, Karl. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2010,
- MEDVEDEV, Zhores. *Soljenitsin – A Luta Contra o Silêncio*. Rio de Janeiro: Editora Artenova SA, 1974, pp: 232
- OLIVA COSTA, Matheus. *Conversão Socialista: Algumas Hipóteses Sobre o Marxismo Como Uma Religião Secular*. Revista Último andar, nº 27, pp. 42-58, 2016.
- PORTAL VERMELHO. *A Avidéz da Igreja Ortodoxa Russa*. 2011, in http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_secao=9&id_noticia=148151 , Fonte: Die Zeit. Tradução de Luciano C. Martorano, acesso em janeiro de 2019.
- ROHDEN, Huberto. *Agostinho*. São Paulo: Editora Alvorada, 1990, pp. 16-17.
- WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*, Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A, 1982, pp. 382-390.

Submetido em 24/09/2019

Aprovado em 10/12/2019